

COMENTÁRIOS DE RODOLFO ILARI

Há cerca de um ano e meio, mais exatamente nos dias 29 e 30 de abril de 2009, realizou-se no Instituto de Estudos da Linguagem um encontro de trabalho que reuniu cerca de cinquenta de pessoas e que consistiu na exposição e debate de um total de sete trabalhos, não contadas aí uma fala introdutória do Diretor do Instituto, professor Antônio Alcir Pécora, e a fala de encerramento, que ficou por conta de um convidado ilustre, o professor Ataliba Castilho.

Esse encontro teve aspectos até certo ponto insólitos para os nossos hábitos acadêmicos. Sua organização partiu da iniciativa de um aluno de doutorado (o Renato Basso), que teve total ajuda e apoio do Edson Françoze; contou com expositores que não estavam primariamente interessados em fazer currículo, e definiu-se desde o começo como um encontro destinado à discussão de temas semânticos numa perspectiva formal, um tema e uma metodologia que já tiveram espaço, nas salas e nos corredores do IEL, mas isso em outros tempos.

A semântica formal não é nem nunca foi um tema que agita as multidões; mas naquele momento ela esteve em pauta graças a esse punhado de amigos, que, lembrando sua passagem pela Unicamp como alunos de mestrado ou doutorado, combinaram entre si recuperar temas de que tratei no passado, num ou noutro escrito meu hoje esquecido.

Assim tomou forma uma homenagem na qual me coube o papel de homenageado, mas aqui também aconteceu um fato pouco comum em nossa academia: ao falar de “meus temas”, meus antigos alunos me impuseram, por assim dizer, a incumbência de avaliar seus próprios trabalhos e de apresentar a cada um deles uma espécie de réplica.

Há homenagens que tiram sua razão de ser da pessoa do homenageado, e outras que valem pelo prestígio de quem homenageia. Estamos evidentemente no segundo caso, por isso é importante citar nominalmente os participantes do evento. Em ordem alfabética os expositores foram Ana Lúcia de Paula Müller, da Universidade de São Paulo, José Borges Neto, Lígia Negri, Márcio Renato Guimarães, Teresa Cristina Wachowicz Maria José Foltran e Luiz Arthur Pagani, da Universidade Federal do Paraná, Roberta Pires de Oliveira, da Universidade Federal de Santa Catarina e Sérgio de Moura Menuzzi, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os textos que eles expuseram, em alguns casos, haviam sido escritos em colaboração, sendo pois necessário acrescentar à lista acima os nomes de Gabriel Roisenberg Rodrigues e Luciana Sanchez-Mendes.

Este número dos Cadernos de Estudos Linguísticos reúne a maioria dos trabalhos apresentados naquele encontro. Há em todos esses textos uma ou mais referências explícitas a escritos meus e a conversas e leituras feitas durante as aulas ou no processo de orientação, já que os autores dos textos aqui publicados foram, em sua maioria, meus

alunos e também meus orientandos. Mas é preciso dizer que, em muitos casos essa orientação não passou de uma designação formal: em 1981, o Carlos Franchi tinha deixado o IEL, depois que o então governador interveio na Universidade destituindo um grande grupo de diretores de unidade dos cargos para os quais haviam sido eleitos. Nesse momento, por assim dizer, “herdei” muitos orientandos que, de outro modo, teriam terminado seu mestrado ou doutorado com o amigo que deixava a Universidade. Eu estava então voltando de um longo estágio de pós-doutorado em Berkeley, e embora minhas convicções a respeito da semântica formal continuassem firmes, sentia uma atração muito forte também por toda uma pauta de temas lingüísticos completamente diferentes: prototipicidade, formulaicidade, gramaticalização, funcionalismos. Há portanto uma enorme dose de generosidade no gesto pelo qual esses antigos alunos localizam em alguma discussão ou leitura que me diz respeito passagens relevantes para os trabalhos que apresentaram no encontro de trabalho no IEL, nos dias 29 e 30 de abril de 2009. Mas há também um fundo de verdade em seu gesto. *Se non vero* que eles precisaram de mim para pensar o que pensaram, é absolutamente certo que todos os problemas levantados em seus trabalhos evocam um ou outro problema de análise com que me defrontei (não necessariamente com muito sucesso) ao longo dos anos.

Para uso de meus alunos, em aula, tenho freqüentemente definido a condição de lingüista como uma disfunção do juízo, pela qual certas constatações que não interessam absolutamente a ninguém assumem uma importância capital, e levam a uma compulsão incontrolável no sentido de passar da observação à explicação. Diante de um cartaz como “Passa ponto-se”, as pessoas “normais” pensam simplesmente que o interessado cometeu um erro porque não sabe escrever; o sintaticista, ao contrário começa a elucubrar para descobrir que gramática o indivíduo tem na cabeça. Para os “normais”, uma frase como “Não sou eu que trabalho na mesma sala que ele, é ele quem trabalha na mesma sala que eu”, é imediatamente interpretada como uma manifestação de “metidez”: para um semanticista, ela mobiliza mecanismos interpretativos que precisam ser decifrados, ainda que isso possa levar a um alheamento em relação ao mundo que dura dias ou semanas. Muitos dos trabalhos que escrevi nasceram dessa forma, e se algum mérito me cabe, na formação de outras pessoas, foi talvez o de compartilhar meus estranhos problemas, contaminando assim alunos geralmente mais inteligentes e disciplinados que eu, com esse tipo de doença do juízo. Menos mal porque a coisa nunca chegou a níveis epidêmicos.

Seja como for, e é isso que conta aqui, reconheço em todos os textos deste volume preocupações que foram, ou poderiam ter sido minhas.

No texto do **José Borges Neto** e do **Luiz Artur Pagani**, fala-se em *strict and sloppy identity*. A distinção entre esses dois tipos de identidade revela-se necessária quando se resolve explicar o que distingue as duas interpretações de frases como “O morador do 12 processou sua vizinha e o morador do 22 também”, porque a retomada anafórica realizada por *também* pode significar que o morador do 22 processa a vizinha do morador do 11, ou que ele processa sua própria vizinha que mora no 21. Num trabalho desengonçado e prolixo, escrito na década de 1970, e finalmente publicado no número 2 dos Cadernos de Estudos Lingüísticos, penso ter mostrado que os dois sentidos possíveis para *também* derivam da sentença anterior (“processou sua vizinha”) e se distinguem da mesma maneira como poderíamos distinguir *matar-se* e *suicidar-se*: em “João se matou”, quem mata e morre é

João, mas isso é por assim dizer uma coincidência; em “João se suicidou”, ao contrário não há coincidência, no sentido de que o verbo “suicidar-se” (diferentemente de “matar”) exige que seu sujeito e seu objeto direto sejam a mesma pessoa. Surge porém um problema: como representar tudo isso numa linguagem que expresse corretamente as condições de verdade correspondentes às duas interpretações? É este o problema ao qual se dedica o trabalho de Borges e Pagani. Eles mostram que minha solução da década de '70 era particularmente desajeitada, valendo no máximo como uma manifestação de *wishful thinking*. Eles propõem uma solução bem mais elegante, que mobiliza uma gramática categorial plenamente desenvolvida. Dessa forma, o problema da *identidade estrita e f(r)ajuta* acaba mostrando os méritos de uma concepção alternativa da estrutura da sentença que vem sendo trabalhada com sucesso na UFPR.

Dedicado ao estudo do indefinido *qualquer*, o artigo de **Roberta Pires de Oliveira** evoca explicitamente um texto que, passadas mais de quatro décadas desde sua publicação, ainda deveria constituir leitura obrigatória, pelo menos em nossos cursos de pós-graduação, o livro *Linguistics and Philosophy*, de Zeno Vendler. No IEL dos anos 70, qualquer aluno de graduação em linguística encarava obrigatoriamente esse texto antes do quarto ano, e aprendia nele a transitar entre a lógica a lingüística (ou seja, a sintaxe chomskiana de *Syntactic Structures*, de *Aspects* ou mesmo da “teoria estendida”, divulgada pelos gerativistas da terra). Lido nesse contexto, o livro de Vendler foi um poderoso argumento a favor de aceitar a lógica como um componente da formação lingüística – uma lógica que parecia adequadamente representada pelo cálculo de predicados de primeira ordem, muito embora já estivessem então disponíveis os estudos de Montague, que ultrapassam o cálculo de predicados de primeira ordem em inúmeros sentidos. Para entender o problema com que Roberta Pires de Oliveira se defronta em seu artigo, é sobretudo relevante, em Vendler, o capítulo dedicado aos três indefinidos do inglês: *each, all, any*. Traduzidos para o cálculo de predicados de primeira ordem, esses três indefinidos costumam ser analisados, num primeiro momento, como traduções do quantificador universal, distintas no máximo pelo modo como interagem com o quantificador existencial. Mas o próprio Vendler já tinha percebido que essa análise é insatisfatória, porque *each, all, e any* não são sinônimos, mesmo em sentenças em que o quantificador existencial não aparece; o exemplo, que tem um quê de bíblico, é o da cesta de maçãs, e da diferença que faz dizer à visita “*Take any*” ou “*Take (them) all*”. Vendler tinha em suma chegado à idéia de que a esses diferentes quantificadores, cuja tarefa comum é expressar totalização, correspondem diferentes “roteiros de verificação”, ou seja, diferentes maneiras de entender o percurso de uma classe. O artigo de Roberta Pires de Oliveira se aplica, em primeiro lugar, ao problema de entender em que consistem essas diferentes maneiras de generalizar, e a resposta vai no sentido de mostrar que aos diferentes “roteiros de verificação” imaginados por Vendler correspondem diferentes conjuntos de implicaturas.

Já foi comum, entre os lingüistas brasileiros, a prática pouco recomendável de transferir para a pragmática todos os problemas que não encontravam solução em terreno propriamente semântico. Com isso, muitos problemas foram extraditados para uma espécie de “terra sem lei”, e continuaram sem solução. Ao contrário desses trabalhos, Roberta Pires de Oliveira aceita o desafio de explicar como as implicaturas funcionam a propósito de *qualquer*. Outro desafio em que se engaja é sua tentativa de encontrar continuidade (e não

ruptura) entre os dois sentidos de *qualquer* que as gramáticas chamam às vezes de depreciativo (*Fez um curso qualquer, só para ter o diploma*) e um sentido estritamente generalizador (*Na Universidade, qualquer servidor tem um número de identificação*). Novamente, a explicação proposta lança mão de implicaturas, que levam a referir os mesmos predicados a diferentes conjuntos de indivíduos, entre os quais há relações para as quais se propõe uma álgebra. Como sempre que as implicaturas são mobilizadas, a dependência em relação ao contexto é inevitável. Mas, numa área em que tudo já foi nebuloso, perceber que algumas operações matemáticas ocorrem quase obrigatoriamente é um passo gigante no sentido de uma possível explicação.

Um dos primeiros textos em que se constatou a existência de itens de polaridade negativa em português foi uma observação antiga de Perini sobre a sintaxe da expressão “Ela não é flor que se cheire”. Sobre o tema, eu tinha escrito no início dos anos ’80 um trabalho de cunho altamente informal, que acabou publicado numa série de *Working Papers* editada por Eduardo Guimarães junto a uma universidade no Triângulo Mineiro. **Lígia Negri** foi, com toda certeza, a leitora mais lúcida que esse trabalho já teve, e o resultado foi um longo envolvimento com o tema da polaridade negativa, que a levou a ler autores em que a polaridade é descrita ora como um fenômeno sintático, ora como um fenômeno semântico, ora como um fenômeno pragmático, ora como um fenômeno infenso a qualquer classificação que faça sentido. Não seria possível passar por tudo isso sem desenvolver uma sensibilidade particular para os contextos sintáticos bissextos em que a negação aparece, e sem aceitar o fato de que, contrariamente ao que parecem sugerir muitos tratamentos da negação, ela é um fenômeno altamente casuístico, no qual as exceções acabam sendo tão intrigantes e tão difíceis de esclarecer quanto o caso geral. É justamente para um desses casos que Lígia Negri se volta no artigo aqui publicado, quando se pergunta por que é gramatical e semanticamente bem formada a frase “*Venha nadar como ninguém*”, lida em Curitiba no outdoor de propaganda de uma academia de ginástica. “Como ninguém”, nesse caso, significa “Melhor do que ninguém”, e o grande problema que se coloca é que o esperado seria precisamente o contrário de “ninguém”, a saber, “todo mundo” ou “qualquer um”. O que justifica a presença de uma palavra negativa nesse contexto se ela é semanticamente excrescente?

Evidentemente, um dos fatores é a estrutura comparativa, e Lígia Negri tem razão de procurar resposta no tratamento dado à comparação por Maria Helena Moura Neves e Marise dall’Aglío Hattner, que é um dos mais ricos e abrangentes para o português do Brasil. Também é altamente oportuna a lembrança de que o português não é a única língua românica em que as negações entram de penetra em estruturas comparativas: não é à toa que encontramos em francês e em italiano, respectivamente, “*Les dinosaures sont plus anciens qu’ on ne le pensait*” ou “*Adesso soffro piú di quanto non avrei immaginato*”. Para essas negações que “pintam” inopinadamente num contexto comparativo existe uma explicação pseudo-histórica, ou uma pseudo-explicação histórica, segundo a qual teriam um papel de reforço, que se obtém cindindo a frase em uma afirmação e uma negação, e descarregando no segmento negativo tudo aquilo que queremos caracterizar como inferior, com respeito a uma qualidade. Lígia Negri acena para essa “pseudo-explicação”, mas prefere investir numa reflexão mais difícil e potencialmente mais rentável, perguntando-se se a frase lida no outdoor contém, afinal, uma comparação de igualdade ou de superioridade.

Provavelmente, as duas respostas devem ser consideradas corretas, mas se aplicam em dois momentos sucessivos da interpretação da frase: num deles, a leitura é que, quando se buscarem nadadores tão bons quanto o será o futuro freqüentador da academia, não será encontrado ninguém; num outro nível, dispara-se a leitura de superioridade pela qual o futuro frequentador será *melhor* que qualquer outra pessoa como nadador. A leitura de superioridade não decorre imediatamente da leitura da ausência de competidores de igual nível: a pergunta que se impõe é, então, é como essa leitura suplanta quaisquer outras, e essa pergunta abre todo um novo programa de investigação.

Márcio Renato Guimarães participa desta publicação com um texto bastante denso sobre advérbios. Uma das razões da complexidade de seu artigo foi a preocupação de dialogar com dois textos que tratam de advérbios. O primeiro desses textos é de 1989 (mas a a publicação demorou quatro anos para concretizar-se) e resulta de discussões feitas no interior de uma equipe do Projeto da Gramática do Português Falado que tinha-se proposto a estudar as classes de palavras, e contava então com cerca de dez pessoas. A atenção do grupo tinha sido atraída para os advérbios a partir de uma espécie de “recomendação” no sentido de pensar em algum problema referente à ordem linear dos elementos da língua, e isso tinha levado ao problema de decidir qual é a posição não marcada dos advérbios no contexto da sentença. Realizamos um número interminável de reuniões numa sala do IEL em que, anos mais tarde, aconteceria um incêndio, até tornar-se consensual que falar de “posição do advérbio” não fazia o menor sentido, sendo antes necessário pensar em subcategorias daquela grande classe. Foi assim que chegamos a uma sub-classificação em que se cruzavam o critério “sintático” do escopo do advérbio, e o critério “semântico” das operações significativas que o advérbio faz. Foi assim também que pusemos em circulação um certo número de etiquetas novas, que visavam a distinguir com clareza as classes e subclasses assim distinguidas. “Focalizador” é uma dessas etiquetas, que acabou sendo aplicada a ocorrências como as de *bem* e *mesmo* em exemplos como “*O cinema fica bem em frente ao banco*”, ou “*João é mesmo teimoso*”. Alguns anos mais tarde, dessa vez trabalhando sozinho, escrevi o segundo dos artigos a que se reporta o Márcio Renato Guimarães, um artigo curto especialmente dedicado aos focalizadores. Ao contrário do primeiro desses trabalhos, que levou anos para tomar forma, e foi fruto de rodadas intermináveis de negociação entre autores que não tinham a mesma cabeça, o segundo foi escrito a toque de caixa às vésperas de um seminário. Chego a ficar encabulado quando penso na seriedade com que o Márcio refletiu sobre aqueles dois trabalhos escritos de maneiras diferentes, mas nada ideais.

Seja como for, compartilhamos a certeza de que “mesmo” é um advérbio diferenciado, merecedor de uma descrição semântica em que as explicações usualmente dadas para advérbios predicativos (como o *bem* de *falar bem em público*) não servem. A análise que eu propus (no artigo de 1996) para o focalizador *mesmo* era inadequada, e a razão disso foi o fato de eu ter confundido dois usos diferentes de *mesmo*: o uso como focalizador (exemplificado acima) e o uso em que ele aparece ao lado do operador argumentativo *até*, em frases como “*Até mesmo o prefeito esteve presente ao enterro*”. Por causa dessa confusão, acabei transferindo para o *mesmo*-focalizador características que são de fato do *até* de argumentação, e isso gerou resultados inadequados. O Márcio Renato Guimarães mostra, com extrema clareza e elegância essas incorreções, e chega, na explicação do sentido de

mesmo focalizador, a formulações bem mais adequadas. Seu trabalho mostra um enorme carinho para comigo e e uma fantástica agudeza de análise, duas características que reencontro em sua tese de doutorado (também sobre advérbios) que infelizmente continua inédita.

O artigo de **Sérgio Menuzzi** e **Gabriel Roisenberg** envereda por uma área para a qual sempre fui profundamente atraído. Tendo passado, como aluno de Letras, pela Universidade de São Paulo dos anos '60, fortemente influenciada pelo estruturalismo, sempre me senti comprometido com a idéia de que as características intuídas durante a leitura de um texto podem ser justificadas por marcas lingüísticas visíveis na superfície do próprio texto. Guiados pela mesma tendência, colegas com formação análoga pensavam naquela altura que seria possível distinguir os textos literários dos não literários apontando neles configurações específicas da literatura, ou que seria possível abstrair de todos os sonetos uma mesma ossada sintática, com variações mínimas. Desde que tomei conhecimento dos escritos dos praguenses sobre a Perspectiva Funcional da Sentença, tornou-se uma espécie de artigo de fé, para mim, admitir que em toda sentença existe, além da articulação do predicado semântico com seus argumentos, e além da organização sintática que determina a concordância, um terceiro nível de articulação, ligado de algum modo à maneira como os falantes administram a transmissão de informações aos seus interlocutores. Foi a esse terceiro nível de articulação, aliás, que dediquei minha tese de doutorado. Mas a lição que tirei desse trabalho foi em certo sentido frustrante, porque, se foi fácil levantar os recursos expressivos de que se vale esse terceiro nível de articulação (basicamente o acento de frase e a posição dos termos), foi ao contrário bastante improdutivo minha tentativa de de mostrar como tudo isso funciona ou, em outras palavras, de dizer o que acontece quando uma sentença mal organizada do ponto de vista da perspectiva funcional é inserida num texto de outro modo bem formado. Ao final de minha tese de doutorado, esse problema me parecia tão misterioso que acabei, embora a contra-gosto, aceitando a idéia de que os “contextos discursivos” nada tem a ver com as “propriedades de sentenças”, e que em construções lingüísticas superiores à sentença nenhuma outra regularidade pode ser descrita, a não ser os chamados “mecanismos coesivos”. O artigo de Menuzzi e Roisenberg repõe as coisas em seu devido lugar, explorando não minha hipótese absurda de que diferentes formas de articular as unidades informativas da sentença levam a textos prestáveis e imprestáveis, mas a hipótese de que elas estão associadas a estratégias retóricas diferentes. Os caminhos assim abertos são extremamente promissores, e a análise apresentada mostra que já é possível ir além de esquematizações meramente programáticas. Em outras palavras, a leitura desse artigo teve para mim um valor inestimável, permitindo-me recuperar a idéia (que eu tinha abandonado a contra-gosto) de que a estrutura informativa da sentença e a organização geral de um texto interferem uma com a outra. Os processos são sutis mas há uma regularidade, e ela põe um desafio que vale a pena aceitar.

O programa de Pós-Graduação em Lingüística do IEL-Unicamp já teve entre seus colaboradores, a partir de 1973, o Prof. Aryon Rodrigues, um maiores especialistas em línguas indígenas brasileiras de todos os tempos. O Prof. Aryon pôs as línguas indígenas na ordem do dia, e numa das tantas reformulações por que passou o mestrado, decidiu-se que o “conhecimento de uma língua não-indoeuropéia” deveria ser exigido por ocasião de um exame de qualificação que, por azar ou por sorte, funcionou por pouquíssimo tempo.

Nesse contexto, lembro ter examinado um pedido no mínimo curioso. Um aluno que não gostava de línguas indígenas, mas tinha um bom traquejo em linguagens lógicas, alegou que estas últimas, por serem criações artificiais, não eram línguas indo-europeias, e quis ser avaliado em linguagem de cálculo de predicados. Aproximar as línguas indígenas das linguagens lógicas não é comum, mas é perfeitamente possível e legítimo, sobretudo se, como acontece no texto de **Ana Lúcia Müller e Luciana Sanchez-Mendes**, as linguagens lógicas entram como a metalinguagem que permite formular de maneira inequívoca as condições de verdade dos enunciados da língua natural, ficando as línguas indígenas no papel das línguas-objeto cujos enunciados são estudados. Examinando o Karitiana, uma língua do ramo Tupi falada no estado de Rondônia, Ana Lúcia Muller e Luciana Sanchez-Mendes mostram que há correlações precisas entre o modo como são empregados alguns dos mecanismos morfossintáticos descobertos pelos indigenistas que estudaram empiricamente essas línguas (por exemplo, a duplicação de morfemas) e o modo como as sentenças tratam de eventos. Por exemplo, o predicado “levantar caixas”, serve ora para falar de um evento coletivo (quando um grupo de caixas são levantadas ao mesmo tempo), ora de um evento cumulativo (quando há uma parte das caixas são levantadas conjuntamente, outras individualmente, no mesmo momento ou em momentos sucessivos), ou ainda de um evento plural (quando as mesmas caixas são levantadas mais de uma vez) ou distributivo (quando estão em jogo várias caixas e cada uma delas é levantada individualmente). As diferenças assim estabelecidas são bastante sutis, e começaram a ser percebidas recentemente, como resultado de uma análise das relações entre argumentos e predicados muito mais fina e exata do que qualquer análise tradicional. Essa análise não seria possível sem os recursos de uma metalinguagem altamente articulada e expressiva, na qual têm um papel essencial duas noções de inspiração lógica que apareceram como grandes esfinges a ser decifradas nas aulas de semântica que ministrei nos anos '70 e '80: o operador lambda e a noção de evento.

O trabalho de Muller e Sanchez-Mendes, ao mesmo tempo que exemplifica um tipo de análise empírica válido para mais línguas (inclusive as próximas), é uma manifestação palpável dos aperfeiçoamentos por que passaram os recursos analíticos de que os lingüistas dispõem. Mas o uso de uma metalinguagem extremamente sofisticada não torna esse texto diferente dos demais, em sua natureza. De um modo ou de outro, todos os textos publicados neste número dos Cadernos de Estudos Lingüísticos combinam o propósito de explicar fatos mediante a construção de fragmentos de linguagem em que esses mesmos fatos são representados de maneira transparente. É uma situação em que me encontrei muitas vezes, diante da qual me fiz muitas vezes uma pergunta que ainda me perturba: até que ponto as linguagens que os semanticistas criam artificialmente permitem descobrir fatos das línguas naturais? Até que ponto inventam esses fatos? A esta altura penso nos colaboradores deste número dos Cadernos, todos eles antigos alunos meus que se deixaram contaminar pela disfunção do juízo que eu descrevi num dos primeiros parágrafos deste escrito, e parece-me certo que eles devem ter parado para pensar nesse mesmo problema, ainda que fosse para concluir que é um problema falso. Uma boa possibilidade seria nos encontrarmos de novo, algum dia desses, para trocar ideias a esse respeito. Ou simplesmente para nos encontrarmos de novo.

Comentários de Rodolfo Ilari

Por ocasião do encontro dos dias 29 e 30 de abril de 2009, foi extremamente gratificante para mim estar com todos esses amigos, e ver o longo caminho que eles percorreram depois que deixaram o IEL; como disse Ataliba Castilho em sua fala final, a homenagem não poderia ter sido mais carinhosa nem mais digna do que foi. As pessoas que lá estavam devem estar lembrados também de outra fala, na qual o Alcir Pécora recordou que minha vinda para a Unicamp, em janeiro de 1970, interrompeu o que poderia ter sido uma carreira de professor de literatura na Universidade de São Paulo, e comparou o fato de eu ter enveredado pelos estudos lingüísticos ao “smarrimento” de Dante no primeiro canto do Inferno. Não faltam ao Alcir bons motivos para dizer o que ele disse, mas o punhado de textos aqui publicados, deveria dar uma idéia de que é possível perder o rumo na “selva oscura” sem sair dela de mãos vazias.

Campinas, setembro de 2010.